

Senador apostava no novo regime

Correio Brasileiro 16-2-92

Amigo pessoal e aliado do Presidente da República, o senador Guilherme Palmeira (PFL/AL) declara que existem 90 por cento de possibilidades de o Brasil começar a praticar o verdadeiro sistema parlamentar de governo a partir de 15 de janeiro de 1995, quando tomará posse um novo presidente.

Palmeira está certo de que o futuro ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, tem o sinal verde do presidente Fernando Collor para negociar a aprovação de emenda constitucional no Congresso, ainda neste primeiro semestre legislativo, antecipando o plebiscito de 7 de setembro para 21 de abril de 1993.

Engajamento — O senador alagoano, que teve papel decisivo na manobra que restiltou na decisão de recriar a chefia da Casa Civil, com o nome de Secretaria de Governo, e na escolha de Jorge Bornhausen, seu amigo e aliado, para o cargo, anuncia que vai procurar o deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP) para uma conversa importante.

Palmeira adverte ser necessário evitar os erros que foram cometidos na negociação e votação da emenda do senador José Richa, que antecipava o plebiscito para este ano de 1992. "Como a negociação foi mal conduzida, a

votação da emenda acabou ganhando conotação oposicionista".

Na emenda que está sendo preparada pelo deputado pernambucano Roberto Magalhães, a pedido de Ulysses Guimarães, Palmeira acredita que ficará preservado o mandato presidencial de Collor, lembrando que esta é uma preocupação dominante entre os próprios parlamentaristas. Nenhuma figura importante do movimento deseja que o novo sistema de governo nasça com qualquer conotação golpista.

Quando se indaga de Guilherme Palmeira se o presidente Collor dispõe-se a participar da campanha nacional, a ser desflagrada, com o objetivo de convencer o eleitorado brasileiro das vantagens do parlamentarismo sobre o presidencialismo, ele garante que o Presidente já se engajou quando abriu sinal verde para que Jorge Bornhausen negocie a antecipação do plebiscito junto ao Congresso Nacional.

O ex-governador de Alagoas acredita ser possível negociar a aprovação pelo Congresso de uma nova legislação partidária, que torne os partidos mais representativos, e o voto distrital misto. A dissolução do parlamento, pré-condição para o parlamentarismo, estará embutida na emenda preparada por Roberto Magalhães (PFL/PE).